

Gestão social como possibilidade de articulação entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a sociedade

Social management as an articulation possibility between the Brazilian Policy on Solid Waste and society

Cristiana Cyrino Borges de Andrade¹

Cláudio Márcio Magalhães²

Resumo: A questão ambiental ganha contornos cada vez maiores no mundo. Lidar com os resíduos sólidos urbanos é um desafio para todos os países, ricos e pobres. O Brasil tem, desde 2010, nova legislação sobre o lixo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que tem diretrizes a serem seguidas por estados e municípios. Uma das mais importantes é a construção, por cada uma das 5.570 cidades, do plano local de resíduos, um detalhado documento que vai nortear todo o seu gerenciamento. Pressupõe-se que esta construção deva ser feita com a presença dos cidadãos, empresários e setor público, uma vez que os resíduos sólidos urbanos são responsabilidade de cada cidadão e não apenas do Estado. Dentro desse contexto, toma-se a problemática do lixo como objeto de reflexão desse artigo, considerando que a PNRS apresenta a ideia de gestão compartilhada, que responsabiliza cada pessoa pela geração do seu rejeito, e prevê educação ambiental e a participação social como opções para envolver toda a sociedade no processo de reduzir os resíduos. Foi feito um estudo de literatura, a partir da pesquisa bibliográfica, e um estudo do caso de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que há 21 anos tem um projeto de coleta seletiva. A partir daí, tenta-se articular os conceitos e propostas da gestão social e comunicação para fazer a interface da lei com a sociedade.

Palavras-chave: Coleta seletiva. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Participação. Gestão social.

Abstract: The environmental theme has increasingly gained prominence in the world. To deal with urban solid waste has become a challenge for all the countries, developed and in process of development. Brazil has, since 2010, a new legislation about solid waste – National Politics of Solid Waste (PNRS, in Portuguese). The Law 12.305/2010, that created the PNRS, established a series of objectives and targets that must be followed by Brazilian society. One of these is the accountability over waste production and integrated management involving civil society, industry and government, necessarily considering the inclusion of the informal garbage collectors. One of the most important direction is the established, by the all of 5.570 cities in the country, the local waste plans, a complete and detailed document that will give the north to the solid waste management in each city. It is assumed that those plans must be have the participation of the citizens, after all, they live in the cities and produce the garbage. As an individually question, not only responsibility of State, the theme of urban trash was taken like an object of reflection. The PNRS presupposes a shared management, which charges each person for the generation of its reject, is a possibility for public politics, and also consider an environment education and social participation as options to involve all the society in the reduction process of solid waste

¹ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA, ccbandrade@gmail.com.

² Doutor em Educação, Centro Universitário UNA.

production. Those questions are not a Brazilian special problem, but a challenge for all the world. As a strategy of the work, bibliography studies are used, as well, a study of case about Belo Horizonte, in Minas Gerais state, that has been developed a collect waste project since 1993. We took the social management conception as a possibility to make the dialogue between the law and the society.

Keywords: Selective waste collection. Citizenship. National Politics of Solid Waste (PNRS). Participation. Social management.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o *Panorama dos Resíduos Sólidos 2014*, produzido pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), mostra que a geração de resíduos sólidos urbanos – que compreendem lixo domiciliar, empresarial e os da limpeza urbana – “cresceu 2,9% de 2013 para 2014, percentual bem mais elevado que o registrado entre 2011 e 2012, quando a taxa foi de 1,3%. Comparativamente, a população brasileira teve, entre 2013 e 2014, crescimento inferior a 1%”. (ABRELPE, 2014, p.41)

Em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, a situação não é diferente. Quarta capital brasileira em população, com 2,23 milhões de habitantes, a cidade registrou, segundo Lopes (2011), aumento de 22% na produção de lixo em uma década – de 2000 a 2010 –, enquanto, no mesmo período, a população cresceu 6%.

No caso da capital mineira, um programa de coleta seletiva está em curso desde 1993, e o município vem construindo, ao longo dos anos, espaços de debate e instâncias públicas de controle para as questões ambientais. Mas ao longo de várias administrações municipais, o programa sofreu reveses. Como os demais municípios brasileiros, Belo Horizonte precisa reformular sua gestão de resíduos, elaborando ou readequando seu plano municipal à luz da nova lei, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em vigor desde 2010 (Lei 12.305).

O tema, para além de atual, diz respeito a todos nós e tem a finalidade de ser objeto de reflexão dos nossos hábitos cotidianos, nossa relação com o consumo e com o presente e o futuro da cidade que queremos. Para tratar dessas questões, construiu-se esse artigo com base na pesquisa bibliográfica (GIL, 2009; DEMO, 1987; MINAYO, 1994) e no estudo de caso da coleta

seletiva de Belo Horizonte, para o qual foram de fundamental importância autores como Dias (2002; 2009), Abreu (2008) e Pereira (2011).

Buscou-se como objetivo de reflexão e compreensão da situação atual da capital mineira: a) visitar alguns itens da política de gestão da coleta seletiva de materiais recicláveis em vigor em Belo Horizonte desde 1993; b) consultar a existência de ferramentas ou instâncias voltadas para a participação democrática/cidadã envolvendo a temática ambiental; c) compreender a viabilidade de adoção da gestão social no desenvolvimento do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos; e d) propor uma intervenção na cidade, a partir de rodadas de diálogo entre poder público e cidadãos acerca dos resíduos, experiências locais e possibilidades para o município.

Partindo do conceito de Gil (2009) de que pesquisa social é um processo e que a metodologia científica permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, o artigo pretendeu se concentrar no universo da pesquisa descritiva, com alguns traços que a aproximam da pesquisa exploratória, que objetiva estabelecer, além da simples identificação de relações entre variáveis, a natureza dessas relações.

2 PNRS E A RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

São mais de 7 bilhões de pessoas ao redor do mundo gerando lixo diariamente e as previsões são de que até 2025 a tonelage dobre das atuais. Segundo o Banco Mundial (2012), em 2025, serão 4,3 bilhões de habitantes urbanos (contra 2,9 bilhões em 2002), produzindo 1,42 quilo de lixo por dia, num total de 2,2 bilhões t/ano. Além do planeta dar sinais de esgotamento por acumular tantos resíduos, mostra que o modelo de exploração dos recursos naturais está fadado ao fracasso. As consequências das mudanças climáticas, nos âmbitos ambiental (degelo da Antártida, desaparecimento de espécies vegetais e animais, etc.) e saúde pública (retorno de doenças antes erradicadas e a proliferação de vetores que disseminam outras patologias, como o *Aedes*

aegypti, transmissor da dengue, chikungunya e zika vírus) são demonstrativos dessa falência.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2013), o Brasil desperdiça, a cada ano, cerca de R\$ 10 bilhões por falta de destinação adequada de resíduos. Dados da Abrelpe (2014) mostram que 58,4% dos resíduos coletados no país tiveram destinação adequada (aterro sanitário), mas “mesmo com uma legislação mais restritiva [...], 3.334 municípios, correspondentes a 59,8% do total, ainda fazem uso de locais impróprios para destinação final dos resíduos coletados”. (ABRELPE, 2014, p.38-39). Como assinalam Besen et.al. (2010),

A gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos causam impactos socioambientais, como degradação do solo, comprometimento dos corpos d'água e mananciais, intensificação de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vetores de importância sanitária nos centros urbanos e catação em condições insalubres nas ruas e nas áreas de disposição final. (BESEN et.al., 2010 apud JACOBI e BESEN, 2011, p.135).

Diante desse cenário, entende-se que pensar em políticas públicas e de mobilização da sociedade para reduzir a geração de resíduos e fazer seu descarte de forma correta é essencial. Com esse intuito, foi desenhada, depois de 20 anos tramitando no Congresso, a PNRS, legislação que prevê uma série de exigências a todos os 5.570 municípios brasileiros. Entre elas, e uma das mais significativas, é a construção do plano municipal de gestão dos resíduos sólidos, que cada cidade deve ter. Nesses planos devem constar, entre vários itens, a implantação da coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e a adoção de programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos. (PNRS, 2012)

Uma das questões colocadas pela nova legislação é a responsabilidade compartilhada, que prevê o envolvimento de toda a sociedade, incluindo população, indústria, comerciantes, importadores, distribuidores, consumidores finais e serviços públicos de limpeza urbana com a questão, considerada um

princípio norteador da PNRS, por Costa e Crespo (2012, p.59): “É uma mensagem para que todos os atores façam sua parte”.

Mais do que envolver a população, é fundamental que a questão seja tomada com política de governo, como bem descreve Acselrad (2000, p. 105): “A participação democrática e a socialização da política seriam condições do desenvolvimento, que contaria com a participação da sociedade nos fóruns de discussão sobre as decisões de interesse público”. Na visão do autor, um caminho viável do desenvolvimento é repensar as articulações entre dimensões econômicas, sociais e político-institucionais. Um dos modelos seria movido pelos processos temporais de inovação, velocidade de circulação da informação e o uso do conhecimento tecnológico. O outro teria foco na cidadania como condição do desenvolvimento.

3 A EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE COM A COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Belo Horizonte vem construindo uma política de coleta seletiva de materiais recicláveis desde os idos de 1990, tendo sido implantada de fato em 1993. Devido à alternância de governos, amadurecimento dos próprios atores envolvidos – técnicos da prefeitura, catadores de material reciclável e sociedade em geral – e desafios constantes colocados para a questão dos resíduos sólidos urbanos, a política belo-horizontina está em contínuo aperfeiçoamento.

Em 1990, foi criada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (Asmare), e instalados 150 locais de entrega voluntária (LEVs) onde o cidadão levava seu material e depois caminhões da prefeitura recolhiam os recicláveis. Esse processo, segundo Abreu (2009), foi importante, uma vez que sua construção teve participação conjunta entre poder público e catadores:

Na ótica de uma política democrático-popular que visava diminuir as desigualdades sociais e enfrentar a pobreza estrutural do país, foi incluído o investimento na geração de trabalho e renda, no âmbito da gestão de resíduos. Foram beneficiados setores tradicionalmente excluídos da cidade formal, principalmente com a parceria estabelecida com os catadores de materiais recicláveis, além da inserção dos carroceiros no programa de reciclagem de entulho. (ABREU, 2009, p. 227)

Naquela época, a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), responsável pela gestão dos resíduos na cidade, promovia ações de mobilização social em busca da adesão da sociedade ao projeto. Peças de teatro e esquetes nas ruas e escolas eram a forma de sensibilizar a sociedade para a questão do lixo e da reciclagem. Belo Horizonte encontrava-se inserida num contexto de política ambiental, no âmbito nacional e internacional.

“É percebida uma transformação na cidade, a partir da gestão participativa de Patrus Ananias [prefeito à época, pelo Partido dos Trabalhadores], da passagem de um estado, no qual os catadores em vistos como marginais e inimigos da limpeza urbana para outro, no qual passam a ser considerados trabalhadores e “agentes prioritários” do programa de coleta Seletiva”. (PEREIRA, 2011, p. 79)

Ao longo dos anos, pela alternância de governos, a política perdeu força em vários momentos, os investimentos não avançaram e, nota-se, não houve aumento no envolvimento da população no projeto, segundo atesta Pereira (2011). No início dos anos 2000, novas associações e cooperativas de trabalhadores da reciclagem, surgiram, contando com apoio da administração municipal. No mesmo ano, foi formado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), possibilitando uma organização maior dos catadores, em âmbito local e nacional.

Em 2002, com um número maior de cooperativas na cidade, a SLU experimentou o modelo de coleta seletiva de lixo porta a porta, com equipes próprias, destinando todo o material recolhido às organizações dos catadores. Assim como nos anos 2000, em 2016 a cidade continua com duas modalidades de coleta seletiva: ponto a ponto e porta a porta.

Dados do Portal PBH (2012) mostram que a prefeitura disponibiliza atualmente 94 Locais de Entrega Voluntária (LEVs), um indicativo negativo, do ponto de vista da articulação da sociedade para a coleta seletiva disponibilizada pelos LEVs, uma vez que há 21 anos eram disponibilizados 150 pontos. Notadamente, a política em curso em Belo Horizonte não atinge, ainda, os resultados listados por Besen (2006) do que seria um sistema de coleta adequado:

Criação ou fortalecimento de associações e cooperativas de catadores, com a integração dos catadores autônomos; alta taxa de adesão da população (50% a 70%); alto índice de recuperação de materiais recicláveis (mais do que 10% do total de resíduos domiciliares e comerciais); baixa taxa de rejeitos (menos que 10% do total de recicláveis). (BESÉN, 2006, apud ABREU, 2009, p. 240)

Observa-se ainda que com menos de uma centena de LEVs para uma cidade com mais de 2,3 milhões de habitantes, é certo que o programa se mostra inviável para uma coleta seletiva em que convida a população a fazer sua parte. Outro problema de viabilização é que os mesmos LEVs encontram-se, em boa parte, deteriorados ou em abandono, quando não gerando, pela sujeira no seu entorno, trazendo mais transtornos do que convites à participação à população.

Na prática, atualmente, são muitos os desafios encontrados para conscientizar a população, pois, conforme atestam Ayer e Oliveira (2012), cerca de 30% dos materiais destinados à reciclagem viram rejeito nos galpões e vão direto para o lixo comum.

Papel higiênico, absorvente íntimo, seringas e restos de comida passam todos os dias pelas mãos desprotegidas do catador Claudinei Custódio Santos, de 42 anos, em um dos galpões da associação dos catadores Asmare. Sem luvas, ele despeja os sacos de lixo numa bandeja de madeira e tenta garimpar materiais de onde, em tese, deveria haver apenas recicláveis como plástico, vidro, metal e papel. [...] Com tanta sujeira, profissionais da reciclagem, empenhados em contribuir para a limpeza urbana, acabam expostos a riscos. (AYER; OLIVEIRA, 2012, p. 22)

No cenário atual, a estimativa é de que BH jogue literalmente no lixo R\$ 75,5 milhões em resíduos sólidos que poderiam ser reciclados, segundo Ayer e Oliveira (2012). O cenário de lacunas existentes na coleta seletiva foi

corroborado pela própria chefe do Departamento de Projetos Especiais da SLU, Aurora Pederzoli, em entrevista concedida ao jornal *Estado de Minas*:

Há uma dificuldade de colocar a coleta seletiva no programa de governo, pois ainda há outros problemas de limpeza urbana, como bota-foras, que representam risco de saúde pública. Num contexto em que muita gente ainda joga lixo em lugares inadequados, a coleta seletiva ainda é perfumaria. (AYER; OLIVEIRA, 2012, p. 22)

Percebe-se, então, que apesar da iniciativa em curso há duas décadas, Belo Horizonte ainda tem desafios a encarar na questão dos resíduos sólidos e, diante da exigência da PNRS de que o plano municipal de gestão de resíduos tenha a participação social, o município pode se valer dessa oportunidade para pôr em prática uma construção coletiva de política pública.

4 PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL COMO POSSIBILIDADES

Se um dos preceitos da PNRS é reduzir a geração de resíduos, as pessoas precisam, no mínimo, de informação para se mobilizar, como atestam Braga e Mafra (2000, p.4, apud HENRIQUES et.al., 2007, p.22). “Além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança.”

Com base nos dados dispostos nas páginas oficiais da Prefeitura de Belo Horizonte, procurou-se identificar conselhos e espaços abertos à participação e ao diálogo na capital mineira ligados ao contexto de discussão deste artigo. O intuito foi consultar se existiam espaços e se estes estavam em consonância com a preocupação ambiental, que se faz crescente ao longo dos anos.

Segundo a Secretaria Municipal de Gestão Compartilhada (2014), os espaços foram formalmente criados para a discussão das políticas em curso no município. São eles o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam), criado em 1985, para promover medidas destinadas à melhoria da qualidade de vida no município; Conselho Municipal de Saneamento, criado em 2001, para regular, fiscalizar, controlar e avaliar a execução da Política Municipal de

Saneamento e estabelecer diretrizes e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento; o Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Ecoeficiência, que busca trabalhar na articulação das políticas públicas e da iniciativa privada para a diminuição de gases poluentes na atmosfera e na conscientização ambiental da sociedade; e a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada, “com o objetivo de agilizar, organizar, ampliar e integrar todas as atuais formas de participação na gestão de BH, promovendo o aperfeiçoamento da Gestão Compartilhada”.

A cidade oferece também atividades de educação ambiental nos centros regionais de educação ambiental disponíveis em cinco das nove regionais administrativas da cidade – Barreiro, Venda Nova, Pampulha e Regional Norte, além da Sala Verde presente na Regional Centro-Sul. (SMMA, Portal PBH, 2014). Cabe ressaltar, no entanto, que, a forma como está se dando atualmente a operacionalização de cada uma dessas instâncias, dentro do que se propõem, não foi investigada neste trabalho e se configura tema para outra pesquisa.

Mas é possível observar que essas esferas municipais de participação podem ser inseridas no contexto do processo de mudança ao qual o Brasil assistiu nas duas últimas décadas nas relações da sociedade com o Estado, na maneira de atuação dos cidadãos nas políticas públicas dentro do conceito de cidadania que se desenvolveu no período de redemocratização do país. “A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos” (BORDENAVE, 1994, p. 12).

Para Henriques et.al (2007, p. 25), a participação é uma condição intrínseca e essencial para a mobilização social e “a corresponsabilidade existe quando o público age por se sentir responsável pelo sucesso do projeto, entendendo sua participação como essencial ao todo”.

Na visão de Martins (2002, p. 51), a participação comunitária não se deve resumir a envolvimento esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social. “A participação parece manter relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar.”

Diante de todo esse cenário da capital mineira, acredita-se que os conceitos de gestão social propostos por autores como Tenório, 2007; França Filho, 2008; Rocha e Santos, 2012, sejam pertinentes nessa discussão e poderiam integrar a política de construção do plano municipal de gestão de resíduos sólidos de Belo Horizonte. Eles assinalam que, além de uma relação dialógica em busca de um pacto pela democracia e compartilhamento de decisões, a gestão social propõe uma ferramenta de mudança na forma de o dirigente (no caso o prefeito ou a figura do Estado como condutor da elaboração e execução da política) enxergar sua atuação. Ideia reforçada por Rocha e Santos (2012, p. 79) ao afirmarem que “incorporar o princípio da gestão social possibilita uma mudança na concepção do exercício do poder”.

Essa colocação é compartilhada também por Paes de Paula (2005, apud Rocha e Santos, 2012, p. 79), de “que a gestão social demanda uma mudança no perfil do gestor ao exigir dele uma visão estratégica participativa e solidária”. Já na definição de Tenório, gestão social é

processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social junto ao substantivo gestão será entendido como espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação. (TENÓRIO, 2007a, p. 10)

Para somar à visão de Tenório, França Filho (2008, p. 27) enfatiza que a gestão social “não se orienta, em primeiro lugar, para uma finalidade econômica – contrariando desse modo toda a tradição de desenvolvimento das técnicas e metodologias gerenciais em administração”.

Assim, a “gestão” ganha o adjetivo “social”, que a qualifica e a diferencia como objeto de estudo (Tenório, 2008, citado por Rocha e Santos, 2012, p. 74), ideia compartilhada por Boullosa e Schommer (2008): “A noção de gestão social indica e fortalece um novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos”, o que se encaixa bem com o grande desafio global diante do excesso de resíduos e sua destinação final.

Nessa busca por inovação, a gestão social vem progressivamente afirmando-se como território de inovação e colocando-se como alternativa plausível de modelo de governo dos processos de transformação social. (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, p. 1)

Mais recentemente, entre 2009-2012 (primeira gestão do prefeito Marcio Lacerda – PSB), Belo Horizonte se uniu a uma rede internacional que reúne governos e organizações não governamentais de 90 países com a filosofia comum de construir cidades mais sustentáveis, bem como pôr em prática premissas da Agenda 21 elaborada pela Organização das Nações Unidas, matrizes energéticas limpas e construções sustentáveis, além de outras práticas ambientais. Segundo Macedo e Freitas (2011), a cidade é parceira do Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (Iclei), cuja atuação na América Latina e Caribe se dá por meio de apoio dos governos locais com ferramentas e serviços adequados à realidade de cada região. Uma sinalização atual de que o município está atento à questão ambiental.

5 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO PARA MOBILIZAR A SOCIEDADE

Se o envolvimento da população se mostra como essencial para o sucesso de um processo de mudança – nesse caso, o da redução de geração de resíduos e adoção na prática diária de medidas ambientais, separação de materiais e destinação para a coleta seletiva –, a comunicação para o desenvolvimento humano e social, bem como para a promoção da autonomia dos sujeitos, se apresenta como item fundamental de mobilização social, à medida que,

segundo Marteleto e Silva (2004), o acesso à informação é um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais.

A capacidade de obter informações, além dos contornos restritos da própria comunidade, é parte do capital relacional dos indivíduos e grupos. As transformações dependem das redes existentes entre os indivíduos do grupo e atores localizados em outros espaços sociais, ou seja, do capital social da comunidade [na relação com o Estado]. (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 42)

Nesse cenário, o acesso à informação se revela como uma das formas de tornar os sujeitos mais conscientes sobre seu papel nesse contexto. Para Henriques et.al (2007), a mobilização social vai ao encontro de “um projeto que permita o desencadeamento de ações concretas de cooperação e colaboração. Onde os cidadãos se sintam efetivamente envolvidos no problema que se quer resolver e compartilhem a responsabilidade por sua solução”.

A comunicação no processo de mobilização é dialógica, na medida em que não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores. [...] Isso significa dizer que a existência humana é, por si, uma existência dialógica, porque o homem é um ser de relação (HENRIQUES et. Al, 2007, p.25).

Nesse sentido – e partindo da premissa de que Belo Horizonte precisa construir o novo plano municipal de gestão de resíduos sólidos, tem uma política de coleta seletiva em curso e conselhos voltados para os temas de resíduos, meio ambiente e saneamento –, uma proposta de intervenção deve ser pensada para promover o debate dos resíduos sólidos na capital mineira, buscando estimular a conscientização da população para o tema.

A “Rodada de Diálogos – Papo de Lixo, o que isso tem a ver com você?”, levaria debates para cada uma das nove administrações regionais da cidade, aproveitando os espaços já existentes com a finalidade das atividades de educação ambiental, para ouvir a população acerca dos resíduos em geral, com o intuito de compreender a visão do cidadão sobre a atual política e, em que pese sua responsabilidade por descartar esse lixo, como esse cidadão pode contribuir nesse processo.

Ao promover a Rodada de Diálogos em cada uma das regionais – considerando que cada uma tem suas peculiaridades, hábitos de vida e consumo e, portanto, formas distintas de gerar seus resíduos –, a administração municipal estaria não só ouvindo o que o cidadão pensa, como teria uma grande oportunidade de promover esse diálogo com base na aplicação dos conceitos de gestão social, por meio da comunicação dialógica e da construção compartilhada do plano de resíduos para Belo Horizonte.

Para esse tipo de dinâmica, Silva (2001) propõe uma metodologia participativa – Onze Passos do Planejamento Estratégico-Participativo –, que, segundo o autor, incorpora uma lógica para assegurar que ações sejam organizadas dentro de uma concepção estratégica e participativa. Os pressupostos teóricos que estão na base dos Onze Passos surgem de uma abordagem cuja principal característica é a busca de compreender a realidade, modificando-a. “Essa abordagem, baseada na concepção metodológica dialética, leva-nos a compreender a complexidade em que os acontecimentos estão situados.” (SILVA, 2001, p.165)

Entre as ações dos Onze Passos estão:

- a) primeiro passo é definir quem é o ator que planeja a ação, mas, dentro do conceito de gestão social, a relação é dialógica, sem coerção. Então a proposta seria a montagem de um grupo moderador;
- b) o segundo passo seria levantar os problemas relacionados aos tema, no caso os resíduos em cada regional da cidade;
- c) o terceiro passo, escolher o primeiro problema a ser enfrentado em cada local, por exemplo, excesso de pontos de bota-fora de resíduos domésticos e/ou resíduos da construção civil;
- d) quarto passo, buscar as causas do problema escolhido e criar metas e formas de combatê-lo;
- e) e assim, sucessivamente.

A Rodada de Diálogos – Papo de Lixo, o que isso tem a ver com você? inseriria o tema e o debate em todo o município, de forma aberta e democrática, dando espaço para quem quisesse participar, com sugestões e experiências locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates no Brasil sobre a relação da sociedade com o lixo, as políticas públicas, a coleta seletiva e a reciclagem têm avançado. Nos últimos anos, foram criados eventos específicos como locais de reflexão e debate, um canal de comunicação importante, como o Fórum Lixo e Cidadania, que reúne para a discussão sobre melhorias nos sistemas públicos de limpeza urbana os catadores de materiais recicláveis, os gestores municipais, estaduais e federais e a sociedade civil organizada. É nesse espaço que ocorrem diversas discussões, troca de experiências e pesquisas sobre o mundo dos resíduos e as formas de gerir as políticas públicas.

Mesmo com lacunas e dificuldades a serem vencidas no escopo do seu programa de coleta seletiva, Belo Horizonte não se enquadra na situação de ter de começar do zero. Pelo contrário. Há uma estrutura em operação. Mas o município não desenvolveu ainda o plano municipal de gestão dos resíduos, que vai nortear toda a ação política da temática na cidade. Diante dessa situação, entende-se que Belo Horizonte tem uma oportunidade única de construí-lo com a participação da sociedade, adotando a gestão social como modelo dialógico de participação. Experiência de formas e espaços para incluir a população no debate o município tem.

O resíduo é problema, pelo volume que representa, pela necessidade de destinação correta, mas é valioso também. O econômico é mais fácil de ser quantificado. Mas seu maior valor não está apenas nos milhões que ele representa em termos econômicos, mas sim nas possibilidades que se descortinam a partir de mudanças nas relações da sociedade para tentar dar solução a ele. Brevemente, elencam-se algumas delas:

- Sob a ótica do social, uma efetiva inclusão dos trabalhadores que estão em toda a cadeia de recicláveis. Os catadores são grandes aliados dos municípios no trabalho da coleta seletiva e devem, dentro dessa lógica, ter melhorias nas condições de trabalho e reconhecimento efetivo da sociedade como agentes ambientais com

o intuito de sair da situação de exclusão social em que ainda se encontram;

- Na área ambiental, registram-se os enormes ganhos na saúde humana, animal e vegetal, melhoria de qualidade do solo e do ar, além de redução no impacto de rios e oceanos e toda a sua biodiversidade, se os resíduos forem manejados corretamente.
- Adotar hábitos no cotidiano em relação aos resíduos seria um exercício de participação coletiva em busca da transformação de várias realidades, como redução da poluição nas cidades e na proliferação de doenças como dengue, leishmaniose e leptospirose;
- Abrir espaços para o debate sobre os resíduos e compartilhamento de práticas pessoais de gestão do lixo dos cidadãos se mostra interessante do ponto de vista da cidadania, em que as pessoas se sintam chamadas a refletir e construir, junto com o poder público, uma nova realidade para o local onde vivem.

Por fim, torna-se claro que a proposta de adotar a gestão social na construção dos planos municipais de gestão integrada dos resíduos sólidos não se traduz em um processo fácil, mas tampouco impossível. No caso a capital mineira, o momento se mostra mais do que oportuno para o município resgatar sua força mobilizadora e articuladora de envolvimento da sociedade numa política pública, a exemplo do início de implantação da semente da coleta seletiva, em 1993. A prefeitura e a cidade detêm expertise e instrumentos para tal, dependendo de uma vontade política mais contundente e de uma participação ativa da sociedade para acioná-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de Fátima et al. **Coleta seletiva com inclusão social**: em municípios, empresas, instituições, condomínios, escolas. Belo Horizonte: Crea-MG, 2008.

ABREU, Maria de Fátima. A coleta seletiva em parceria com catadores de materiais recicláveis: o papel dos diferentes atores e a importância da participação social. In: ____ **Democracia participativa** – a experiência de Belo Horizonte. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009, cap. 3, p.223-249.

ASCELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. IN: ____ **Meio ambiente: questões conceituais**. HERCULANO, Selene C. (org.). UFFF/PGCA. Ciência Ambiental: Niterói, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014**. São Paulo: Grappa Editora e Comunicação, 2014.

AYER, Flávia; OLIVEIRA, Junia. Coleta seletiva atende apenas 14% da população em Belo Horizonte. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 ago. 2012. Caderno Gerais, p. 22.

BANCO MUNDIAL (Bird). **What a Waste: a global review of solid waste management**. Urban Development Series. World Bank: Washington, Mar. 2012, n. 15. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1334852610766/What_a_Waste2012_Final.pdf>. Acessado em 26 mar. 2013.

BESEN, Gina Rizpah. **Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo**: desafios e perspectivas. 2006. Dissertação (mestrado em saúde pública) – Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2006.

BESEN, Gina Rizpah et al. Resíduos sólidos: vulnerabilidades e perspectivas. In: SALDIVA P. *et al.* **Meio ambiente e saúde**: o desafio das metrópoles. São Paulo: ExLibris, 2010.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994, 84p.

BOULLOSA, Rosana; SCHOMMER, Paula Chies. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? **Anais** do 32º Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Enanpad). Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

BRAGA, Clara; MAFRA, Rennan L. M. Diagnóstico de comunicação do Projeto Manuelzão: a construção de um modelo de análise. **Anais** da I Semana de Relações Públicas de Santa Catarina. Itajaí (SC), 2000.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Resíduos sólidos**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo>. Acessado em 1º set. 2013.

COSTA, Silvano; CRESPO, Samyra. A política nacional de resíduos sólidos. IN: **Mundo sustentável 2 – novos rumos para um planeta em crise**. TRIGUEIRO, André (org.). Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

DIAS, Sônia Maria. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a Asmare**. 2002. Dissertação (mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

_____. **Trajéorias e memórias dos fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. 2009. Tese (doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Definindo gestão social. In:_____.**Teorias em construção. Definindo gestão social**. Coleção Enapegs–Gestão Social Práticas em Debate, Teorias em Construção. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, Universidade Federal do Ceará (UFCE), 2008, p.27-28.

GESTÃO COMPARTILHADA. Prefeitura de Belo Horizonte. **Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada**. Disponível em: <<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/bh-em-numeros>> Acessado em 15 mar. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

HENRIQUES, Márcio Simeone et al. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estud. av.**, São Paulo, abr. 2011, v. 25, n. 71, p.135. Disponível em:<www.scielo.br>. Acessado em 23 mar. 2013.

LOPES, Valquiria. Lixo aumenta três vezes mais que a população em BH. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 11 abr. 2011. Caderno Gerais, p. 22.

MACEDO, Laura Valente de; FREITAS, Paula Gabriela de Oliveira. **Construindo cidades verdes**. Manual de Políticas Públicas para Construções Sustentáveis. Iclei Brasil: São Paulo, 2011.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ciência da Informação**, v.33, n.3, p. 41-49, 2004.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

MINAYO, Maria Cecília. *A violência social sob a perspectiva da saúde pública*. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 1994, v.10, p.07-18.

PAES DE PAULA, A P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.45., n.1, p 36-49, jan./mar.2005.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social**: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). 2011, 124 f. Dissertação (mestrado em administração pública e governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS). **Guia Legislação – Políticas Estadual e Nacional de Resíduos Sólidos**. Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR): Belo Horizonte, out, 2012.

PORTAL PBH. Portal da Prefeitura de Belo Horizonte. Estatísticas da SLU. **Média diária de lixo gerado em Belo Horizonte (dados de 2012)**. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=93811&chPlc=93811&&pIdPlc=&app=salanoticias>>. Acessado em 19 fev. 2014.

_____. **Ações e programas de educação ambiental**. Disponível em<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=meioambiente&tax=24081&lang=pt_BR&pg=5700&taxp=0&>. Acessado em 15 mar. 2014.

ROCHA, Célio Augusto Raydan; SANTOS, Eloisa Helena. Gestão social e ergogestão: pontos de interseção. In:____. **Gestão social, educação e desenvolvimento local**: instrumentos para a transformação social. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Cap. 4, p.69-87.

SILVA, Marcos José Pereira da. Onze passos do planejamento estratégico-participativo. IN:____ **Metodologia participativa**. BROSE, Markus (org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social: metodologia, casos e práticas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

Enviado em: 11 nov. 2016

Aceito em: 29 dez. 2016

Editor responsável: Alysson Ramos Artuso